



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 4 / 21

FL. N.º 187

[Handwritten signature]

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA,
DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021

N.º 4/2021 (Quadriénio 2021/2025)

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, pelas catorze horas e quarenta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu o órgão executivo do Quadriénio 2021-2025, com as seguintes **PRESENCAS: O Sr. Presidente da Câmara Municipal**, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, que presidiu à reunião, e os **Senhores Vereadores:** _____

- António Alberto Almeida de Matos Gomes (CDS/PP); _____

- Mónica Pinto Seixas (CDS/PP); _____

- José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho (CDS/PP); _____

- André Agostinho Martins da Silva (CDS/PP); _____

- Tiago Correia Fernandes (PS). _____

- Frederico da Costa Martins (PPD/PSD); _____

COM A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHOS: _____

- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** _____

a) Aprovação da ata da reunião ordinária de 16 de novembro de 2021; _____

b) Assuntos gerais de interesse autárquico. _____

- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** _____

1. À volta do Vale das Voltas” Projeto Intermunicipal de Dinamização Cultural das Terras de Stª Maria; RETIRADO _____

2. Plano Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios – Após Consulta Pública; _____

3. Consolidação da Mobilidade na categoria de Encarregado Operacional; _____

4. PROCESSOS DE OBRAS PARTICULARES: Listagem de despachos proferidos pelo vereador do pelouro com competências delegadas e subdelegadas, por despacho do

senhor Presidente da Câmara Municipal de 26/10/2017 e outros Processos; _____

5. Informações; _____

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO _____

(Em harmonia com o disposto no n.º 2, do artigo 49.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) _____

Aprovação, em minuta, das deliberações tomadas na reunião. _____

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, JOSÉ ALBERTO FREITAS SOARES PINHEIRO E SILVA, declarou aberta a reunião, cumprimentando os presentes, dando início à análise do 1º ponto da Ordem do Dia: _____

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

a) ATA DA REUNIÃO PÚBLICA ORDINÁRIA DE 16 DE NOVEMBRO DE 2021: _____

A Câmara Municipal deliberou aprovar a ata da reunião ordinária de 16 de novembro de 2021, por unanimidade. _____

b) ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO: _____

O Sr. Presidente deixou à consideração dos senhores vereadores, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do colaborador aposentado, António de Bastos, endereçado à esposa e família. _____

A Câmara Municipal aprovou por unanimidade o voto de pesar proposto. _____

De seguida manifestou a sua satisfação quanto à forma como decorreu o evento do passado fim de semana, o Campeonato Nacional de Corta-Mato, em termos de organização e também quanto à imagem com que Vale de Cambra apareceu nos meios de comunicação social como co-organizadora da prova, bem como pela quantidade de pessoas que, por esse facto, visitaram Vale de Cambra e ainda pela apetência do Parque da Cidade para este tipo de eventos. Acrescentou que o resultado foi bastante positivo, daí querer que fique registada a sua satisfação e o seu agradecimento a todos quantos colaboraram em prol desse mesmo resultado que engrandece Vale de Cambra. _____



De seguida o Sr. Presidente deu a palavra aos senhores vereadores:_____

A vereadora **Mónica Seixas** deixou um agradecimento e reconhecimento aos cinco voluntários do Peditório realizado a favor da Liga Portuguesa Contra o Cancro que foi coordenado pelo Coordenador Técnico da Câmara Municipal, Jorge Martins, que neste ano angariou a quantia de 13.075,63 euros, o qual vai ser entregue aos responsáveis do Núcleo Regional do Norte da referida Liga, mediante Auto de entrega, conforme é habitual. _____

O vereador **Tiago Fernandes** sobre o campeonato de Corta-Mato, concordou com o Sr. Presidente, tendo constatado no local que se tratou de um evento importante, salientando que, iniciativas deste género contribuem para a projeção de Vale de Cambra para o exterior. _____

Sobre a ciclovia que vai do Parque da Cidade até à praia Fluvial de Burgães, deixou um pequeno alerta, dizendo que existe um local perto de uma ponte de madeira, onde, devido à existência de uma curva, já ocorreram embaraços entre ciclistas e pedestres, achando que se poderia estudar uma sinalética ou uma chamada de atenção para o local, para que este tipo de constrangimentos não aconteça com consequências mais gravosas. _

Sobre as novas medidas que foram definidas para o mês de dezembro no âmbito da pandemia Covid 19, especificamente as definidas em relação aos bares, à restauração e similares, é de opinião que estas já estão a ser alvo de alguma confusão dado que serão distintas em relação a cada tipo de comércio. Pede, por isso, que sejam feitas algumas ações de esclarecimentos destas novas medidas junto dos comerciantes e afins porque, em conversa tida a título pessoal, denotou essa falta de informação e, dado que essas normas vão entrar em vigor já no início do mês, seria importante a Câmara Municipal tivesse uma postura de pro-atividade e de proximidade com aqueles, nesse sentido. Acrescentou ainda em relação aos comércios, que nesta altura do ano, geralmente é gerado um rendimento extra e que é uma questão que deve ser tida em consideração. ____

O vereador do pelouro, **André Silva**, pediu a palavra, respondendo de imediato ao vereador, dizendo-lhe que naquela mesma manhã esteve numa reunião com a GNR e com o Dirigente da DASDEC devido à necessidade de interpretar o referido na Lei sobre o assunto e que, depois da haver um estudo aprofundado pelas entidades envolvidas, GNR e Divisão responsável, esse tipo de esclarecimento vai ser dado, porque, além dos comércios iria ser também aplicada aos eventos desportivos. _____

O vereador **Frederico Martins** também deixou o seu voto de felicitações à Câmara Municipal, pela organização do Campeonato de Corta-Mato ocorrido no passado fim de semana, felicitando os vereadores responsáveis que estiveram em “campo” junto das entidades presentes no mesmo. Concordou também com o facto de que é este tipo de eventos que Vale de Cambra precisa, que mostra externamente o que Vale de Cambra consegue fazer e bem, denotando-se um desenvolvimento no interesse, face ao nível do número das pessoas que visitam o concelho e também da participação das que cá habitam, facto que pode vir a envolver mais os jovens valecambrenses, mostrando que este concelho pode também ser atrativo nesse aspeto. _____

Pediu uma atenção redobrada à questão da saúde, designadamente à questão Covid, que nos vai assolando cada vez mais, agravando-se a cada dia que passa. Sugeriu que o Sr. Presidente faça pressão junto das entidades no sentido de haver mais esclarecimento, para que as pessoas se sintam seguras e saibam quais as medidas a tomar no âmbito da vacinação, como por exemplo, onde ir buscar a receita, entre outras indicações, dada a confusão que se está a gerar, especialmente na faixa etária mais idosa. _____

Terminou a intervenção, pedindo o ponto da situação de um processo referente a um sinistro ocorrido acerca de um ano e meio, relativo a prejuízos devidos portão danificado com máquina durante a realização de obras na estrada, em S. Pedro de Castelões. _____

Sobre o Centro de Vacinação, **pediu novamente a palavra, o vereador Tiago Fernandes**, perguntando qual é o ponto da situação em relação à toma da 3ª dose da



vacina Covid, bem como, se há mais alguma informação em relação à vacinação contra a gripe. _____

O Sr. **Presidente** continuou a dar a palavra aos vereadores para eventuais intervenções. _

O vereador **José Alexandre Pinho** referiu que pretendia somente deixar as felicitações aos colaboradores da Câmara Municipal que estiveram envolvidos no Campeonato Nacional de Corte-Mato. _____

No seguimento, os vereadores **António Alberto Gomes e André Silva** deixaram também um agradecimento a todos os colaboradores que prestaram apoio na organização do evento realizado no fim de semana – Campeonato Nacional de Corta-Mato. _____

O Sr. **Presidente** respondendo aos vereadores referiu que, em relação às medidas implementadas pelo Governo no âmbito da pandemia Covid 19, as Câmaras Municipais não são ouvidas, facto que compreende, pois que também o consideraria difícil operacionalizar. Sendo assim, a Câmara Municipal poderá, eventualmente, servir de elo de comunicação porque está mais próxima das pessoas. Relembrou que a Câmara Municipal acompanhou desde a primeira hora, a situação da pandemia Covid-19, e, muitas vezes antecipando-se aos que estavam na posição da efetiva gestão da situação, nomeadamente através da oferta de testes no valor de 30.000,00€, conforme proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal. Acrescentou que tudo o que tinha de ser feito, foi feito, nomeadamente em termos de ajuda aos Bombeiros Voluntários, às IPSS, GNR, Centro de Saúde, com a entrega de Equipamentos de Proteção Individual, entre outras ajudas, pois que, nem todos estavam preparados para ocorrer aos inúmeros pedidos de apoio que, entretanto, ocorreram. Informou ainda que foi decisão do ARS Norte, fechar dois centros de vacinação, o de Oliveira de Azeméis e de Vale de Cambra, mantendo o de S. João da Madeira em funcionamento, para onde têm de se deslocar as pessoas destes concelhos. Desde o início que a Câmara Municipal não concordou com

essa decisão de encerramento do Centro de Vacinação e a da vacinação simultânea, com a 3ª dose da vacinação Covid e com a administração da vacina da gripe em S. João da Madeira, disse, mas que esta foi uma decisão unilateral e que contrariou o que historicamente sempre foi feito, no que respeita à vacina contra a gripe, que sempre ocorreu no Centro de Saúde de Vale de Cambra. Acrescentou que foi consensualizada pela ADR essa decisão, mas que também havia um outro fator que deve ter tido influência, que era o facto dos centros desportivos que estavam a ser usados, serem necessários para as competições desportivas que atualmente já se estão a realizar. _____

Informou ainda que, logo após ter recebido essa comunicação, através de ofício dirigido à ARS Norte, que até à data ainda não teve resposta, manifestou o seu desagrado, quanto à obrigação da vacinação contra a gripe em S. João da Madeira, pois sabe que não é minimamente confortável e aceitável que se sujeitem pessoas que moram no interior do concelho, Arões, Junqueira, a esse esforço, por vezes em transportes públicos. _____

Quanto à legislação sobre as medidas de cumprimento obrigatório nos bares, cafés, restaurantes e similares, disse que caso esteja ao alcance da Câmara Municipal, será feita a divulgação devida, crendo que essa situação ocorre a nível nacional, não sendo só no concelho e portanto, primeiro compete ao Governo divulgar e esclarecer quais são as medidas que irão ser implementadas. _____

É ainda entendimento dos membros do executivo em funções, que deve ser ouvida a autoridade que irá fiscalizar, devendo ser a mesma a informar o que vai ser implementado, para que não haja disparidade na informação prestada às várias entidades. _____

Continuando, o Sr. Presidente esclareceu ainda o vereador Frederico Martins que foi feita a notificação à companhia de seguros, tendo esta notificado o sinistrado sobre o tipo de indemnização a que se propunha pagar, com a qual não houve concordância por parte do proprietário do imóvel, estando o processo ainda a decorrer. _____



Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente deu por findo o Período de Antes da Ordem do Dia. _____

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

1. À VOLTA DO VALE DAS VOLTAS” PROJETO INTERMUNICIPAL DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL DAS TERRAS DE STª MARIA: _____

Retirado, dado o projeto ter sido aprovado em 16/07/2019, e ter ficado suspenso devido à pandemia que cancelou este tipo de iniciativa. _____

2. PLANO MUNICIPAL DA DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS – APÓS CONSULTA PÚBLICA: _____

Tendo em conta os pedidos de esclarecimentos solicitados pelo vereador Tiago Fernandes, foi solicitada a presença em reunião, da Técnica superior do Gabinete de Proteção Civil, Vera Silva, tendo-se passado entretanto, ao ponto seguinte. _____

3. CONSOLIDAÇÃO DA MOBILIDADE NA CATEGORIA DE ENCARREGADO OPERACIONAL: Face ao requerimento do trabalhador Manuel José de Carvalho, datado de 7 de outubro de 2021, requerendo a consolidação da mobilidade na carreira e categoria de Encarregado Operacional, foram prestadas as informações n.º3 de 06/02/2019, n.º 4 de 18/11/2021 prestadas pela jurista Carla Margarida Costa, que ficam apenas à ata, transcrevendo-se a Informação 33/2021 de 18 de novembro de 2021: _____

“Assunto: consolidação da mobilidade na categoria de encarregado operacional – requerimento apresentado pelo trabalhador Manuel José de Carvalho. _____

ENQUADRAMENTO: _____

O trabalhador Manuel José de Carvalho está integrado na carreira e categoria de assistente operacional da DSUOM, e a exercer as funções na área de encarregado operacional, em regime de mobilidade intercategorias desde 18 de março de 2021, após Despacho proferido pelo Sr Presidente do Município de Vale de Cambra, por se verificarem todos os pressupostos legais (ver Informação 4/2021 de 10 de fevereiro de 2021 – em anexo). _____

(...) _____

QUESTÃO A RESOLVER: _____

Tendo em conta o requerimento apresentado, pode o trabalhador em questão ver a sua mobilidade (intercategorias) consolidada na categoria de encarregado operacional? _____

DIREITO: _____

Resulta do artigo 92º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada pela Lei 35/2014, que: _____

“1 - Quando haja conveniência para o interesse público, designadamente quando a economia, a eficácia e a eficiência dos órgãos ou serviços o imponham, os trabalhadores podem ser sujeitos a mobilidade.”; _____

E do artigo 93º que a mobilidade intercategorias opera-se para o exercício de funções não inerentes à categoria de que o trabalhador é titular e inerentes a categoria superior ou inferior da mesma carreira. Sendo que no Anexo à Lei 35/2014 está descrito o conteúdo funcional do encarregado operacional, conforme infra se transcreve: _____

“Funções de coordenação dos assistentes operacionais afetos ao seu setor de atividade, por cujos resultados é responsável. Realização das tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar pelo pessoal sob sua coordenação. Substituição do encarregado geral nas suas ausências e impedimentos.” _____

E, finalmente, tal como se refere na Informação 4/2021, prevê o nº 5 do artigo 88º da LGTFP que a existência de postos de trabalho correspondentes às funções de encarregado operacional depende da “previsão, nos mapas de pessoal, de postos de trabalho que devam ser ocupados por encarregados operacionais da carreira de assistente operacional depende da necessidade de coordenar, pelo menos, 10 assistentes operacionais do respetivo setor de atividade.”. _____

Ou seja, há 3 tipos de pressupostos que têm que se verificar quer para o início da mobilidade quer para a sua consolidação: _____

- os que se prendem com o interesse público (artigo 92º); _____

- os que se prendem com as funções exercidas (artigo 93º, 88º e Anexo); _____

- os que se prendem com a previsão deste posto de trabalho – de encarregado operacional – no mapa de pessoal (artigo 88º). _____



Já o regime da consolidação consta da minha Informação 3/2019 de 06 de fevereiro de 2019, que aqui se anexa e cujo conteúdo se dá como integralmente reproduzido. _____

No caso aqui em análise verifica-se, então, que: _____

- Tem sido opção no Município de Vale de Cambra que a proposta de consolidação seja efetuada pelo Sr Presidente da Câmara (enquanto dirigente máximo do serviço ou organismo) e posteriormente sujeita a deliberação do órgão executivo; _____

- Existe o acordo do trabalhador – evidente no requerimento por ele apresentado; _____

- Existe posto de trabalho disponível; _____

- Já decorreu o tempo de período experimental da categoria em que se vai operar a consolidação (90 dias consecutivos nos termos do artigo 49º da LGTFP) _____

CONCLUSÃO/PROPOSTA: _____

A consolidação da mobilidade intercategorias requerida pelo trabalhador poderá ser deferida nos termos acima referidos.” _____

Em 22/11/2021, o dirigente Intermédio, Sérgio Almeida, remete as Informações ao vereador do pelouro, José Alexandre Pinho, e informa que “no Município de Vale de Cambra a consolidação das mobilidades tem sido objeto de deliberação do órgão executivo.” _____

Conforme referido pelo vereador do pelouro, o Sr. Presidente propôs a consolidação da mobilidade para a carreira e categoria de Encarregado Operacional, do colaborador Manuel José de Carvalho, no seguimento das informações técnicas, designadamente, o parecer da Dr.ª Carla Margarida Costa. _____

Processo Medidata N.º 16617/2021. _____

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Sr. Presidente, de consolidação da mobilidade na carreira e categoria de Encarregado Operacional, do colaborador Manuel José de Carvalho, nos termos das informações constantes do processo. _____

Com a presença em reunião, da Técnica superior do Gabinete de Proteção Civil, Vera Silva, o Sr. Presidente voltou ao assunto agendado com o ponto 2. _____

2. PLANO MUNICIPAL DA DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS – APÓS

CONSULTA PÚBLICA: Transcreve-se a informação de 25/11/2021, dirigida ao Sr. Presidente e subscrita pela Técnica Superior do Gabinete de Proteção Civil, Vera Silva: “Como é do conhecimento de V. Ex.^a em reunião da CMDF de hoje, vinte e cinco de novembro do ano de dois mil e vinte e um, foi deliberado remeter o Projeto de “Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, de Vale de Cambra – 2021-2030”, a reunião de Câmara Municipal para que o mesmo seja remetido à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 76/2017 de 17 de abril. _____

Nos termos da legislação considera-se aprovado pela Assembleia Municipal desde que por maioria simples. _____

De referir que devido à publicação do Decreto-Lei n.º 82/2001 que entra em vigor a 1 de janeiro de 2022, é necessário que o referido PMDFCI seja aprovado e publicado em DRE até 31 de dezembro de 2021.” _____

O Sr. Presidente deu a palavra aos vereadores para que colocassem as dúvidas à técnica ali presente: _____

O vereador Tiago Fernandes referiu que o surpreendeu, o facto não haver qualquer adesão por parte da comunidade à Consulta Pública. Contudo, considera que este Plano é motivo de reflexão, é um instrumento relevante, que contempla obrigações para todos os cidadãos valecambrenses, destacando-se os proprietários florestais, relativamente às faixas de combustível, bem como empresas, organismos públicos, onde se incluem as autarquias locais, preocupando-o o facto deste ser um Plano que interage na governação Municipal. Questiona a forma como foi feita a Consulta Pública, dada a falta de participação da comunidade na mesma. _____



[Handwritten signature]

Perguntou a razão do voto contra do Sr. Eng.º Pedro Quaresma tendo em atenção a sua declaração de voto, nomeadamente na afirmação que diz respeito à gestão de combustível e que a mesma iria criar um ónus aos proprietários florestais. _____

Concluindo a intervenção, disse que o documento devia ser co-construído, de forma colaborativa, sensibilizando-se toda a comunidade para a responsabilidade da manutenção e limpeza de terrenos e das zonas florestais, ainda para mais que a Comissão é constituída por um significativo número de Entidades, esta questão seria relevante. ____

O **Sr. Presidente** referiu que o ónus a que alude o Sr. Eng.º Pedro Quaresma da Associação Florestal tem a ver com o que está vertido na legislação, que é o ónus que existe sobre a propriedade privada, nomeadamente a propriedade confinante com as vias municipais e com as habitações, e provém das medidas implementadas pelo Governo após a tragédia ocorrida em Pedrógão Grande. _____

Já manifestou junto da Administração Interna e da Senhora Secretária de Estado a sua preocupação sobre o ónus que é colocado sobre a propriedade privada, mas que tudo decorria da legislação, sendo os Municípios também obrigados à realização da gestão de combustível, trabalho com um elevado custo associado, valor este que poderia ser utilizado em outros investimentos. _____

A posição da Associação Florestal foi a de não concordância somente com o que está vertido na Lei, pois o próprio Eng.º Pedro Quaresma, justificou-se dizendo nada ter contra a Câmara Municipal. _____

O **vereador José Alexandre Pinho** compreende o referido pelo vereador Tiago Fernandes sobre a Consulta Pública, mas confirmou que esta foi devidamente realizada de acordo com a legislação. Sobre o voto contra do Eng.º Quaresma da Associação Florestal, referiu que esta entidade, a nível nacional, teve a mesma posição, sendo, contudo, o Plano elaborado de acordo com a legislação. Acrescentou que existe um parecer vinculativo do ICNF, que não permite alterações ao presente Plano. _____

O vereador **Tiago Fernandes** voltou a colocar as questões já mencionadas, querendo saber também, tendo em conta os custos, qual seria mais vantajoso, adquirir as máquinas para a Câmara Municipal realizar por meios próprios a gestão de combustível ou realizar a mesma tarefa através de uma Aquisição de Serviços, bem como o que é aplicado aos outros municípios e ao município de Vale de Cambra, tendo em conta a realidade de Vale de Cambra. _____

Dada a palavra à técnica superior Vera Silva, esta esclareceu que o Plano Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios é elaborado na sequência do Plano Nacional de Florestas contra Incêndios de 2005. E foi devidamente publicitado no Diário da República. Existe um guia técnico que foi explica ao pormenor como deve ser feito o Plano e foi assim que o mesmo foi feito. Deu ainda alguns esclarecimentos técnicos e esclareceu que a opção da Câmara Municipal ter meios próprios ou seja uma retro-escavadora e uma máquina de rastos para executar a gestão de combustível, ou contratar serviços externos para a realização desse trabalho, em termos de custos, o Ajuste Direto celebrado para o efeito não ultrapassa o limite legal para a realização desse tipo de contratação e o custo e manutenção dos equipamentos e meios humanos ficaria mais dispendioso à Câmara Municipal, correndo-se o risco de ter a máquina parada numa situação de doença do seu operador, enquanto que numa prestação de Serviços, o serviço é sempre executado. _____

O Sr. Presidente agradeceu o esclarecimentos prestados pela técnica e acrescentou que ter o sistema para a gestão de combustível, com máquinas e meios humanos próprios implicava outros custos e ainda tinha fatores como as ausências por doenças e por férias que implicariam a existência de mais trabalhadores com conhecimentos de manobra dos equipamentos, correspondendo melhor ao que a Câmara Municipal pretende, o serviço feito por empresas especializadas. _____



[Handwritten signature]

O vereador **Tiago Fernandes** perguntou qual foi o investimento feito quando a Câmara Municipal teve meios próprios para a gestão de combustível versus os custos gerados pela aquisição de Serviços externos para a realização desse serviço. _____

O Sr. Presidente deu a palavra novamente à técnica **Vera Silva**, que esclareceu que os custos tidos, associados apenas à máquina de rastos eram muito elevados e os resultados nem tanto, por isso, em sua opinião, não compensam. Esclareceu que neste momento a Câmara Municipal contratou através de uma prestação de serviços, uma máquina, e que, se esta avariar o prestador tem de a substituir, o mesmo acontecendo se o seu operador ficar doente, o prestador tem de o substituir. Se a máquina for da Câmara Municipal, avariando, existe um período de espera enquanto a máquina é reparada, o que pode gerar conflito com os períodos em que a gestão de combustível tem de ser feita, uma vez que existem prazos a cumprir. _____

Pedindo a palavra, o vereador **Frederico Martins** agradeceu os esclarecimentos e disse compreender a situação e “os pesos” de que fala, acrescentando que quando o equipamento sofre desgaste as despesas de manutenção vão aumentando sem a correspondente efetividade de rendimento e, havendo a garantia que o prestador, cumpre o serviço pedido em qualquer situação de emergência. _____

Não havendo mais pedidos de esclarecimento, o Sr. Presidente colocou o ponto à votação. _____

Processo Medidata N.º 16303/21. _____

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, remeter à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos do n.º2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 76/2017, de 17 de Abril, e, ao abrigo do n.º2 do artigo 50 do RJAL, a proposta de “Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios Município de Vale de Cambra - 2021-2030”, conforme informação do Gabinete Técnico Florestal. _____

O Sr. Presidente retomou a Ordem do Dia. _____

2021.11.30

4. PROCESSOS DE OBRAS PARTICULARES: LISTAGEM dos despachos proferidos pelo vereador do pelouro com competências delegadas e subdelegadas, por despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal de 21/10/2021 e **OUTROS PROCESSOS:**_____

Ao abrigo do Decreto-Lei 555/99, na sua redação atual, foram deferidos os seguintes processos:_____

PROCESSO		DESCRIÇÃO	LOCAL DA OBRA	NOME REQUERENTE	DATA DO DESPACHO
N.º	Tipo				
255/05	ONEREDPDM	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR	MOURIO	ANA CATARINA SANTOS SOARES	2021/11/23
4/18	ONERED	RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO	RUA RUI FILIPE	ANDREIA FILIPA RODRIGUES HENRIQUES	2021/11/26
4/18	LOTE	OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO	AREIAS	ANTÓNIO DE PINHO	2021/11/25
25/21	ONERED	LICENCIAMENTO PARA HABITAÇÃO UNIFAMILIAR	RUA DO AIDO DE CIMA Nº91	ANTÓNIO JORGE DE SOUSA TAVARES	2021/11/23
66/20	ONERED	HABITAÇÃO UNIFAMILIAR	FELGUEIRA	ANTÓNIO MANUEL VIGÁRIO DA COSTA TAVARES	2021/11/22
54/21	ONERED	PEDIDO LICENCIAMENTO	RUA DO BARÃO DE AREIAS	CARLOS ALBERTO MARTINS TAVARES	2021/11/16
16/21	ONERED	PEDIDO LICENCIAMENTO	TRAVESSA DE COVAS Nº91 - MARMOIRAL	CASA DA NININHA - UNIPessoal, LDA	2021/11/23
54/20	ONERED	PEDIDO LICENCIAMENTO	RUA DE STA HELENA Nº282	CATARINA COELHO TAVARES	2021/11/15
78/21	ONERED	PEDIDO LICENCIAMENTO	AVENIDA DE BURGÃES Nº11	CLÁUDIO ROBERTO BASTOS DOS SANTOS	2021/11/15
85/21	ONERED	PEDIDO LICENCIAMENTO	RUA DR. JOSÉ GOMES DE ALMEIDA	CÁTIA SOFIA TAVARES VILAR	2021/11/17
8/21	ONERED	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR	RUA ENGº ABEL TAVARES DE ALMEIDA	DJANIRA DE FREITAS PEREIRA	2021/11/16
69/19	ONERED	PEDIDO DE LICENCIAMENTO	RUA DOS POÇOS	ELISABETE MANUELA ALVES DA SILVA	2021/11/16
44/20	ONERED	RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE MORADIA	RUA DO SANTINHO, Nº 107	FERNANDO MIGUEL TAVARES VITORIA	2021/11/23
81/21	ONERED	PEDIDO DE LICENCIAMENTO	RUA DA CERQUEDA	IMOBILIARIA RIO CAIMA, S.A.	2021/11/18
65/20	ONERED	MORADIA UNIFAMILIAR	RUA CIMO DA ALDEIA	JOSE DA COSTA SOARES	2021/11/23
11/21	ONERED	PEDIDO LICENCIAMENTO	RUA DO VALE Nº20 - BARALHAS	LOGITRON - AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL, LDA.	2021/11/23
97/21	ONERED	RENOVAÇÃO DE FABRICA	RUA BOUÇA DA AGUINCHEIRA Nº1455	M. J. AMARAL, LDA.	2021/11/19
52/68	ONERED	AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO	AV. VALE DO CAIMA N.º881	MANUEL ALMEIDA MARTINS	2021/11/23
104/21	ONERED	PEDIDO LICENCIAMENTO	QUINTÁ	MARIA DO CÉU FERREIRA SOARES	2021/11/16
104/21	ONERED	PEDIDO LICENCIAMENTO	QUINTÁ	MARIA DO CÉU FERREIRA SOARES	2021/11/15



[Handwritten signature]

69/20	ONERED	PEDIDO LICENCIAMENTO PARA CONST. HABITAÇÃO	RUA DOS ALUGAIS	RAFAEL DOS SANTOS OLIVEIRA	2021/11/22
96/21	CERTI	PEDIDO CERTIDÃO DESTAQUE	RUA DA HELIPISTA	RODRIGO MARTINS DE PAIVA	2021/11/18
80/17	ONERED	PEDIDO DE LICENCIAMENTO HABITAÇÃO	RUA DA CARVALHEDA, Nº 109 - FUNÇÃO	SANDRA CLAUDIA TAVARES BRANDAO	2021/11/23
44/18	ONERED	CONSTRUÇÃO DE ARMAZEM	ZONA INDUSTRIAL DO ROSSIO	SERRAÇÃO DA FURNA, UNIPessoal, LDA.	2021/11/26

A Câmara Municipal tomou conhecimento. _____

OUTROS PROCESSOS: _____

PROC. OBRAS N.º 94/21 ONERED - REQ.1684/21 - ANTÓNIO JORGE BASTOS SILVA:

Pedido de licenciamento para legalização e ampliação de habitação unifamiliar na Rua das Figueiras, freguesia de S. Pedro de Castelões. _____

Presente a informação de 25/11/2021 da DPAGU, prestada pelo responsável pela Área de Urbanização e Gestão Urbanística, Óscar Brandão, que faz o enquadramento da pretensão face aos instrumentos de planeamento, normas legais e regulamentos em vigor, frisando que a mesma pode ser enquadrada no disposto no n.º 4 do artigo 28 do RMUE, deixando à consideração superior, o deferimento do solicitado. _____

A informação consta do processo informático na Medidata. _____

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir nos termos e condições da informação dos Serviços Técnicos de 25/11/2021. _____

PROC. OBRAS N.º 94/20 ONERED - REQ.1731/21 - ANA MARIA SOARES ALBERGARIA

M. RODRIGUES : Pedido de licenciamento para legalização da alteração e ampliação de habitação unifamiliar na Rua da Póvoa, n.º 91, União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho. _____

Presente a informação de 30/11/2021 da DPAGU, prestada pelo responsável pela Área de Urbanização e Gestão Urbanística, Óscar Brandão, que faz o enquadramento da pretensão face aos instrumentos de planeamento, normas legais e regulamentos em vigor, frisando que a mesma pode ser enquadrada no disposto no n.º1 e n.º2 do artigo

42.º e n.º 4 do artigo 28 do RMUE, e ainda nas exceções previstas no respetivo artigo 60.º, deixando à consideração superior, o deferimento do solicitado. _____

A informação consta do processo informático na Medidata. _____

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir nos termos e condições da informação dos Serviços Técnicos de 30/11/2021. _____

5. INFORMAÇÕES: O Senhor Presidente da Câmara, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, prestou as seguintes informações: _____

- Listagem de pagamentos efetuados no período de 15 a 29 de novembro de 2021, no valor líquido total 934.993,44 € (novecentos e trinta e quatro mil novecentos e noventa e três euros e quarenta e quatro cêntimos). _____

- Prestação de Contas Semestrais respeitante à posição financeira e desempenho financeiro do Município à data de 30 de junho de 2021, para conhecimento da Câmara Municipal e Assembleia Municipal. _____

A Câmara Municipal tomou conhecimento. _____

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO _____

(Em harmonia com o disposto no n.º 2, do artigo 49.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) _____

Registou-se uma inscrição: _____

A Sr. Gracinda Gomes de Pinho, moradora na Rua das Oliveiras, em Codal, União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, queixou-se do seu vizinho ter tirado a telha da casa dele e ter deixado a sua muito desnudada, exposta às intempéries e muito sujeita à infiltração da chuva, o que a preocupa, porque tem aguardado que este volte a colocar tudo no sítio para que a sua casa também fique protegida, o que ainda não aconteceu, querendo saber se poderia fazer o arranjo da parede meeira, por causa de eventuais infiltrações. _____



O Sr. **Presidente** informou a contribuinte que iria remeter a sua exposição aos Serviços Técnicos de Obras Particulares, embora as questões entre vizinhos sejam do foro particular, não podendo a Câmara Municipal fazer nada. _____

APROVAÇÃO, EM MINUTA, DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS NA REUNIÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos sete membros presentes, aprovar em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, todas as deliberações tomadas na presente reunião, sendo a ata, nos termos do n.º 2 do referido preceito legal, aprovada no início da próxima reunião ordinária. _____

Nada mais havendo a tratar e sendo dezasseis horas e onze minutos, o senhor Presidente da Câmara, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, declarou encerrada a reunião, da qual se elaborou a presente ata que, após lida por todos os presentes, é assinada por si e pela secretária, Maria Adélia Silva Cruz, que a lavrou. _____

